

# CAMPANHAS ELEITORAIS: UM DIÁLOGO DA HISTÓRIA COM A ANTROPOLOGIA SOBRE AS VÁRIAS NUANCES DOS PROCESSOS ELEITORAIS

Giulianne Chrishina Barros dos Anjos<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho objetiva discutir o tema das campanhas eleitorais, elencando e analisando alguns aspectos que se sobressaem nessa discussão, como, por exemplo, a questão da representação política. Nesse sentido, partindo de um diálogo com textos da Antropologia, buscamos perceber o processo eleitoral como uma construção permanente de significados, juízos de valor, relações de proximidade e/ou distanciamento que articulam o campo social com o político. Dessa forma, o estudo das disputas, alianças e rupturas travadas durante as campanhas eleitorais se configura como uma interessante perspectiva de pesquisa dentro do universo da história política, por nos permitir visualizar os meandros da construção do processo político em suas diversas facetas, principalmente observando como o jogo político é perpassado pelas questões sociais do contexto em que é vivenciado. A discussão feita aqui é um esboço inicial das leituras feitas pela autora sobre o tema das campanhas eleitorais, leituras essas feitas principalmente em textos antropológicos por ser esse tema ainda pouco explorado pelos estudos históricos. Nesse sentido, configura-se como um texto ainda em construção, estando sua produção aberta a possíveis novos direcionamentos e aportes teóricos.

## CAMPANHAS ELEITORAIS: UMA DISCUSSÃO COM A ANTROPOLOGIA

As produções historiográficas, no âmbito do poder político, têm passado por redimensionamentos que cada vez mais enriquecem as análises das diversas facetas pelas quais podemos visualizar a prática da política. As últimas décadas do século XX caracterizaram-se enquanto um período no qual a história política passou por uma intensa renovação, influenciada de forma marcante pela interdisciplinaridade.

Os diálogos que a História estabeleceu, nesse período, com outros campos do conhecimento lhe permitiu agregar novos objetos, novas perspectivas de análise à luz de novos conceitos. Abriu-se caminho para a análise das novas formas assumidas pelos movimentos políticos, do papel da mídia nos eventos da política, com a atenção se voltando para a crença na credibilidade de imagens e discursos, uma vez que

o uso dos meios de comunicações de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com o fazer crer, com imagens computadorizadas ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade, foi um elemento que pôs na ordem do dia as questões relativas ao imaginário. Mais do que outros campos, foi possível retornar às mesmas fontes com outros olhos, formulando novas questões. (PESAVENTO, 2003, p. 75-76)

O imaginário diz respeito aos ritos, às crenças, aos valores que organizam a vida das pessoas, que organizam “o mundo, produzindo a coesão ou conflito” (PESAVENTO, 2003, p. 43). Ele consiste na rede de representações que construímos sobre nossas práticas, bem como sobre as práticas das outras pessoas. Partimos aqui, da conceituação de representação feita por Roger Chartier, através da qual entendemos que as representações referem-se às formas como “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Ou seja, o estudo das representações construídas sobre os acontecimentos de uma localidade ou as atitudes de uma determinada pessoa refere-se às formas como esses

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora da rede municipal de Fagundes/PB.

acontecimentos e essas atitudes foram compreendidos, foram vistos, visões essas que acabam por atuar na própria produção do fato, pois cada representação reivindica para si o status de verdade e o compromisso com a realidade.

As representações são elaboradas a partir da vivência de cada um, emergem do seu meio social, sofrem sua influência ao mesmo tempo em que atuam na sua construção. No âmbito da história política, os estudos voltam-se hoje muitas vezes para a compreensão dos comportamentos políticos dos diversos atores sociais, para a análise de suas representações, principalmente em torno de toda uma simbologia que as permeiam, em meio a rituais, à fabricação de mitos e ao uso constante de requintes dramáticos em seus discursos.

O foco no simbólico, nas representações que envolvem um determinado acontecimento, que muitas pesquisas históricas apresentam atualmente tem, em seu nascedouro, inspirações no campo teórico e metodológico da Antropologia. Nesse sentido, é importante destacarmos que a aproximação da História com a Antropologia vem possibilitando a realização de muitos estudos, nos quais se evidencia os aspectos simbólicos que envolvem o funcionamento da política, seja nos regimes democráticos, seja nos autoritários.

Isto tem contribuído para a percepção de que a vida cotidiana dos homens em sociedade é permeada por ritos de teatralidade, sendo a política notadamente caracterizada por manifestações simbólicas imbuídas de uma carga dramática que salta aos olhos, não obstante atuar nos “bastidores”. É a chamada “teatrocracia”, expressão cunhada por Nicolau Evreinov, sobre o qual o antropólogo Georges Balandier (1982, p. 5) coloca que “Sua tese, expressa a partir de ilustrações extremamente variadas, monta um tribunal teatral para todas as manifestações da existência social, notadamente as do poder: os atores políticos devem ‘pagar seu tributo cotidiano à teatralidade’.”

Balandier esclarece que o uso de técnicas dramáticas na política relaciona-se às estratégias imaginárias produzidas principalmente com o objetivo de conquistar e conservar o poder. Neste sentido, o pretendente a governante deve figurar como uma espécie de *ator político*, necessitando possuir uma imagem que reflita justamente o que seus possíveis governados desejam ver nele. Sua aceitação firma-se, assim, em ilusões imaginárias, na medida em que

O grande ator político comanda o real através do imaginário. (...) O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1982, p. 6-7)

Os historiadores do político tem na Antropologia um importante aporte no que se refere a estudos sobre o exercício do poder em suas diversas facetas, seja na esfera institucional ou disseminado nos vários segmentos da sociedade. Nesse contexto, Balandier chama atenção ainda para o fato de que os atores políticos exercem o poder, em meio a uma produção constante de imagens e símbolos, recorrendo-se comumente à tradição, ao costume, como forma de legitimação, para, a partir disso, se produzir uma história idealizada, construída simbolicamente segundo as necessidades do poder no presente.

Observando especificamente o que ocorre no regime democrático, o qual se baseia na ideia de que os políticos eleitos representam o povo e em um poder que resulta da vontade da maioria, percebemos que a dramatização política se concentra principalmente no processo de persuasão, de elaboração de discursos que têm como objetivo possibilitar a identificação entre representado e representante. Isto é claramente percebido nas campanhas eleitorais, que utilizam diversos mecanismos de aproximação entre os candidatos e os eleitores, aproximação esta que se calca na imagem idealizada tanto para o candidato como para o eleitor.

Os estudos antropológicos sobre campanhas eleitorais oferecem aos historiadores um amplo leque de possibilidades de objetos e análises, sendo que um aspecto específico que se sobressai, nos discursos de construção dos atores políticos, é o tema da representação política, o qual se refere ao modo como são construídas as articulações, os vínculos entre candidatos e eleitores. A antropóloga Irllys Barreira (1998) chama atenção para duas dimensões do conceito de representação: a descritiva e a simbólica. Na primeira, enfatiza-se a construção da semelhança entre representante e representados. Já na dimensão simbólica, o representante é visto como “alguém em que se crê ou se projetam sentimentos e esperanças” (BARREIRA, 1998, p. 37).

Entende-se, assim, que as imagens construídas para os atores políticos durante o processo eleitoral sedimentam-se no ideário da representação, o qual vem a ser justamente o elo entre candidato e eleitor. Ou seja, é a ideia de que o candidato representa a possibilidade de realização dos anseios de seus eleitores que embasa os discursos políticos-eleitorais, que torna o que é ausente/distante (os anseios dos eleitores) presente/próximo (a partir da figura dos candidatos). O ideário da representação pode, pois, se firmar na relação presente/ausente, na proximidade e no distanciamento, mas também na imagem que caracteriza candidato e eleitor como semelhantes, como pessoas que compartilham as mesmas visões de mundo, que tem histórias de vida parecidas.

Diante disso, percebemos que as campanhas eleitorais restabelecem a ligação entre representante e representados, tornam próximo o que era visto como algo distante, criando um sentido de representação que legitime as propostas de cada grupo. Dessa forma, os rituais de campanha “são espaços de legitimação de distâncias e reativação de modos de comunicação” (BARREIRA, 1998, p. 38). Ou seja, comícios, ritos de comensalidade, passeatas estabelecem a comunicação, criam laços e expressam a identidade entre candidato e eleitor.

É no transcorrer da campanha eleitoral que vão sendo construídos os lugares dos representantes e dos representados, vão se delimitando papéis, idealizando anseios que aproximem candidato e eleitor, que os tornem semelhantes, aliados por um ideal comum, não obstante a distância que os separa. As campanhas são responsáveis, portanto, por restabelecer a comunicação entre o político e o social, entre o candidato e o povo.

Nesse contexto, discutir o tema da representação política é procurar entender, por meio das mais diversas linguagens, juízos de valor que desembocam na escolha de pessoas, de programas e ações políticas, materializando os interesses e ideias dos grupos políticos. Cada grupo elabora a sua noção de representação a partir da sua visão de política e de sociedade, uma coisa se coaduna com a outra, até porque percebemos que o *político* “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraiza e se reflete ao mesmo tempo” (RONSAVALLON, 1995, p. 12).

A discussão feita pela Antropologia sobre a representação política nos permite compreendê-la como uma construção histórica e permanente, que vai sendo feita no calor dos debates, dos enfrentamentos e no vivenciar do cotidiano da campanha eleitoral. Partindo desse aporte, o historiador político poder tentar elencar permanências e/ou rupturas nos discursos e práticas políticas presentes nas campanhas no decorrer do tempo, tentando assim historicizar os processos eleitorais em uma determinada época e lugar e ao mesmo tempo inserindo-os no curso da conjuntura histórica.

Pensar sobre a construção da representação política é, ao mesmo tempo, pensar sobre o meio social do qual ele emerge, sobre o processo histórico no qual ela se insere. O tema da representação é elaborado ao mesmo tempo em que se constrói o representante, caracterizando-o como aquele capaz de “ser muitos em um só”. Ou seja, trata-se de percebermos a campanha política “como um ritual de construção da representação envolvendo a apresentação de princípios e personagens capazes de encarnar os ideais de uma comunicação entre o campo social e o campo político” (BARREIRA, 1998, p. 39).

A representação política é idealizada e publicizada pela campanha eleitoral a partir do ideário dos grupos políticos, da própria forma como eles pensam e exercem a política e de maneira que toque o eleitorado, que o conquiste, fazendo com que este passe a compartilhar e se identificar com este ou aquele determinado pensamento político. Ao se criar esta identificação, a campanha eleitoral estabelece a comunicação entre o campo social e o político. Ela busca afirmar e comprovar a capacidade que seu candidato tem de atender justamente ao que os eleitores desejam, seja apresentando-o como o mais preparado, seja enfatizando semelhanças entre as histórias de vida de candidato e eleitor. O processo de apresentação do candidato visa, a todo o momento, atingir aos eleitores, de forma que sejam criados laços, vínculos entre eleitor e candidato que legitimem a candidatura deste último.

A pertinência e coerência da campanha são elaboradas a partir de elementos retirados do contexto social em que ela se insere, entendendo “os processos de escolha e representação enquanto elementos que criam e recriam, produzem e são produzidos pelos valores, crenças e relações sociais dos quais são parte inalienável.” (HEREDIA et. al., 2002, p. 13) Nesse sentido, o estudo de campanhas eleitorais nos fornece a possibilidade de visualizar como a política é vivenciada em diversos cenários, sendo construída em um processo permanente de significação.

Analisar como o tema da representação política é historicamente construído, diante das questões que o contexto social imprime, nos dá a possibilidade de refletir sobre os princípios que fundamentavam a relação entre representante e representados no decorrer da história, refletir sobre “a construção ou desconstrução de candidaturas baseadas em argumentos sobre o que seria o representante ideal”. (BARREIRA, 2002, p. 169) Os historiadores podem, assim, buscar identificar e compreender o que era idealizado pelos grupos políticos como sendo as ações e os papéis que a sociedade esperava que seus representantes desempenhassem.

Pode-se ainda analisar como as campanhas eleitorais eram dotadas de legitimidade, ou seja, historicizar a partir de que elementos elas buscavam construir e desconstruir não só os candidatos em disputa, mas os diversos personagens políticos envolvidos nos processos eleitorais. Trata-se de tentar perceber, nesse contexto, como os rituais de campanha criavam as articulações entre o poder político e a esfera social, objetivando construir uma opinião pública favorável àquele discurso, àquele grupo ou partido político. Ou seja, focar, dentro da historicidade que a alicerça, toda uma simbologia pela qual os candidatos se dão a conhecer perante o público, pela qual se metaforiza a proximidade e o distanciamento, o ser igual e o diferente.

Eventos como festas, comícios e os chamados rituais de comensalidade se configuram como importantes meios de se estabelecer a identidade dos candidatos com seus eleitores, até porque “É praticamente impossível pensar em campanha eleitoral sem levar em conta seu aspecto festivo, de evento social, reunindo pessoas para conversar, comer e beber.” (KUSCHNIR, 2002, p. 244)

Nesses eventos, a proximidade entre candidatos e eleitores se materializa. O discurso que vai direto aos ouvidos, os gestos que são capturados pelo olhar dos eleitores, tudo isso feito pelos candidatos com o propósito maior de não só se apresentar aos eleitores, mas de conquistar seus votos se mostrando como o mais capaz e comprometido com os anseios do eleitorado em potencial.

Há toda uma simbologia presente nesses eventos de campanha. Ações e cenários pensados meticulosamente, pois “dentro do processo ritual, existe um *espaço de sociabilidade*, onde os participantes encenam, através de regras e coreografias precisas, algum valor ou papel social.” (KUSCHNIR, 2002, p. 260) O ato de compartilhar a mesma comida/bebida busca ativar e reforçar ainda mais os vínculos entre candidato e eleitor, se

configurando como um importante momento no processo que visa estabelecer e legitimar um determinado ideário de representação política.

Diante do exposto, acreditamos ter elencado alguns pontos importantes de análise no que se refere aos estudos de campanhas eleitorais. As discussões da Antropologia oferecem aos historiadores do político pertinentes elementos para reflexões no campo histórico, reflexões que possibilitem historiar os processos eleitorais no decorrer do tempo, bem com analisar o contexto socio-político em que transcorreram.

## REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

\_\_\_\_\_. Um operário presidente? Ideologia e condição de classe no universo da representação política. IN: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002 (p. 157-187).

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

KUSCHNIR, Karina. Rituais de Comensalidade na Política. IN: HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla; BARREIRA, Irllys (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002 (p. 243-270).

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROSAVALLON, Pierre. Por Uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*. Trad. Paulo Martinez. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, n° 30, 1995, (p. 9-22).